



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**CONTRATO Nº 07/2022**

**CONTRATO TRE-RO N. 07/2022**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO TRE-RO N. 0003574-37.2021.6.22.8000**

**EDITAL DE LICITAÇÃO DO TRE-PB PREGÃO ELETRÔNICO N. 27/2021**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO TRE-PB N. 01/2022**

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE SOLUÇÃO DE COMUNICAÇÃO MULTICANAL ATRAVÉS DA INTERNET, BASEADO EM COMPUTAÇÃO EM NUVEM, QUE ENTRE SI FAZEM A UNIÃO, POR MEIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA (TRE-RO), E A EMPRESA OMNICENTRAL TECNOLOGIA EIRELI.

Contratação pelo TRE-RO do objeto constante da Ata de Registro de Preços (ARP) 01/2022/TRE-PB (evento [0803510](#)), assinada em 15/02/2022, publicada no Diário Oficial da União (DOU) 33, de 16/02/2022, Seção 3, fl. 161, com vigência por 1 (um) ano, a contar da publicação no DOU, e gerenciada pelo Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba (TRE-PB). Contratação decorrente da condição do TRE-RO de Partícipe do Pregão Eletrônico com registro de preços 27/2021/TRE-PB (Processo 0004741-84.2021.6.15.8000/TRE-PB, evento [0805398](#)).

Compareceram, de um lado, a União, por meio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**, CNPJ nº 04.565.735/0001-13, com foro na cidade de Porto Velho/RO, situado na Av. Presidente Dutra, nº 1889, Baixa União, Estado de Rondônia, CEP: 76.805-859, neste ato representado por sua Diretora Geral, senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, (dados pessoais suprimidos em cumprimento à Lei 13.709/2018 – LGPD, e à Resolução TSE n. 23.650/2021), doravante designado **CONTRATANTE** ou simplesmente **TRE-RO** e, de outro lado, a empresa **OMNICENTRAL TECNOLOGIA EIRELI**, CNPJ nº 23.109.142/0001-97, com sede na Rua Pirai do Sul, 39 – Paloma –



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Colombo — Paraná, CEP: 83.410-310, e-mail(s): [marcos@omnicentral.com.br](mailto:marcos@omnicentral.com.br), telefone(s): (41) 99697-0873, a qual apresentou os documentos exigidos por lei, neste ato representada por **MARCOS DOS REIS PROENÇA**, (dados pessoais suprimidos em cumprimento à Lei 13.709/2018 – LGPD, e à Resolução TSE n. 23.650/2021), daqui por diante designada **CONTRATADA**, que têm, entre si, justo e avençado, e celebram presente CONTRATO, por força do presente instrumento e em conformidade com o disposto na Lei nº 10.520/2002, no Decreto nº 3.555/2000, no Decreto nº 10.024/2019, no Decreto nº 7.892/2013 e, no que couber, na Lei nº 8.666/1993 e suas alterações, e, ainda, consoante autorização constante no DESPACHO Nº 389 / 2022 - PRES/DG/GABDG, de 11/04/2022 (evento [0812753](#)) e mediante as seguintes cláusulas e condições:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1 - O presente contrato tem por objeto a prestação do serviço de comunicação multicanal através da Internet, baseado em computação em nuvem, com recursos de atendimento automatizado por robô (*chatbot*) e por atendente humano que propicia a comunicação dos nossos clientes (eleitores e sociedade em geral) através de interação por ferramentas de comunicação instantânea, redes sociais e interação pelo site institucional do TRE-RO na Internet, de modo integrado em uma única plataforma de atendimento, cujas especificações estão descritas no edital de licitação originários e em seus anexos, bem como no Termo de Referência nº 1/2022 – TRE-RO/GABSTIC e no edital de licitação respectivo e seus anexos, que passam a fazer parte integrante deste ajuste, independentemente de transcrição.

1.2 - As especificações técnicas dos serviços, objeto do presente contrato, estão descritas no item 2 Termo de Referência acima referido.

1.3 - As especificações técnicas do objeto contratual estão descritas no item 2 do Termo de Referência nº 1/2022 – TRE-RO/GABSTIC.

### **CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO**

2.1 – O serviço objeto deste contrato será realizado por execução indireta, no regime de empreitada por preço global, de acordo com o estabelecido no Termo de Referência nº 1/2022 – TRE-RO/GABSTIC, bem como na proposta da CONTRATADA.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**CLÁUSULA TERCEIRA - DOS ENCARGOS DO CONTRATANTE**

**3.1- O CONTRATANTE se obriga a:**

1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, anotando em registro próprio as falhas detectadas e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
3. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a d) sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
5. Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da CONTRATADA.
7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
9. Cientificar o órgão de representação judicial das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela CONTRATADA;
10. Arquivar, entre outros documentos, projetos, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço;
11. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a CONTRATADA houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei no 8.666, de 1993.
12. Permitir acesso dos empregados da CONTRATADA às dependências do CONTRATANTE para a execução dos serviços, portando, obrigatoriamente, os crachás funcionais da empresa.
13. Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços, dentro das normas estabelecidas no Contrato.
14. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelos técnicos da CONTRATADA.
15. Efetuar inspeção com a finalidade de verificar a prestação dos serviços e o atendimento das exigências contratuais.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

16. Exercer a fiscalização e a supervisão dos serviços prestados, podendo sustar, recusar, solicitar que seja feito ou refeito qualquer serviço que não esteja de acordo com as condições e as exigências especificadas.
17. Poderá, a qualquer tempo, exigir da CONTRATADA a comprovação das condições que ensejaram sua contratação, notadamente no tocante à qualificação econômico-financeira.
18. Emitir relatórios sobre os atos relativos à execução do contrato que vier a ser firmado, em especial, quanto ao acompanhamento e a fiscalização da prestação dos serviços, a exigência de condições estabelecidas e à proposta de aplicação de sanções.
19. Atestar a execução da prestação dos serviços e receber as faturas correspondentes, quando apresentadas na forma estabelecida neste Contrato.

### **CLÁUSULA QUARTA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

4.1 - A gestão do presente contrato e a fiscalização do fornecimento serão realizadas de acordo com o estabelecido na Instrução Normativa nº 04/2008 - PRES, do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

4.2 - Não obstante a Contratada seja a única e exclusiva responsável pelo fornecimento e pelos serviços, ao Contratante é reservado o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os materiais fornecidos, diretamente ou por prepostos designados.

4.3 – No TRE-RO a gestão desta contratação será exercida pelo titular da Coordenadoria da Presidência – COPRESI (e-mail: copresi@tre-ro.jus.br) ou pelo seu respectivo substituto legal em suas ausências, e a fiscalização desta contratação será exercida pelo servidor titular da Ouvidoria Regional Eleitoral – ORE-RO (e-mail: ore-ro@tre-ro.jus.br) ou pelo seu respectivo substituto legal em suas ausências.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Caberá ao **Gestor** do contrato, subsidiado pelo Fiscal:

1. cumprir e fazer cumprir o que disciplina a Instrução Normativa nº 04/2008 – PRES/TRE-RO;
2. anotar de forma clara, transparente e organizada, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato;
3. comunicar à Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade do TRE-RO, **de imediato**, todo e qualquer descumprimento, pela CONTRATADA, das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

4. considerar as normas previstas no Código de Ética dos Servidores do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

### **PARÁGRAFO SEGUNDO – Caberá ao **Fiscal** do Contrato:**

1. cumprir e fazer cumprir o que disciplina a Instrução Normativa nº 04/2008 – PRES/TRE-RO;
2. acompanhar a execução do contrato, registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, para instruir possível procedimento visando à aplicação de sanção contratual;
3. recusar os materiais fornecidos em desacordo com o pactuado e determinar a sua substituição;
4. comunicar à CONTRATADA, mediante correspondência com comprovante de recebimento a ser juntado aos autos, eventuais irregularidades na execução contratual, estabelecendo prazo para solução;
5. observar as normas previstas no Código de Ética dos Servidores do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

### **CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

5.1 - Além das obrigações definidas no Termo de Referência, a CONTRATADA se obriga a:

1. Responsabilizar-se pelo planejamento, desenvolvimento e implantação da solução contratada.
2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
3. Manter, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas e com as exigências do Termo de Referência, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo, durante a vigência contratual.
4. Cumprir, rigorosamente, as condições do Termo de Referência e os compromissos avençados no Contrato, devendo qualquer alteração ser autorizada previamente, por escrito, pela CONTRATANTE e formalizadas em apostilamento ou aditamento.
5. Apresentar obrigatoriamente junto à Nota Fiscal os seguintes documentos comprobatórios: relatório consolidado dos serviços efetivamente prestados, e outros documentos que a CONTRATANTE julgar necessários.
6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- 6.1 - prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
  - 6.2 - certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
  - 6.3 - certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
  - 6.4 - Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
  - 6.5 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MPDG no 5/2017.
- 7. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei no 8.666, de 1993.
  - 8. Ao término do contrato, seja por decurso de vigência, suspensão ou cancelamento, promover a transição contratual com transferência de tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, capacitando, se solicitado, os técnicos do CONTRATANTE ou da nova pessoa jurídica que continuará a execução dos serviços.
  - 9. Acompanhar e monitorar os serviços prestados e comunicar ao CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;
  - 10. Disponibilizar canais de comunicação com a empresa, do tipo atendimento ao cliente ou “**Service desk**”, 24 (vinte) horas por dia e 07 (sete) dias por semana, para recepção e registro das reclamações, fornecendo o número do Chamado de Suporte para acompanhamento, com Acordos de Nível de Serviço de acordo com o item 2.5.25 do Termo de Referência.
  - 11. Registrar todas as solicitações feitas pelo CONTRATANTE para acompanhamento e controle de execução dos serviços prestados.
  - 12. Encerrar as solicitações somente depois de teste e validação para que o CONTRATANTE ateste que o incidente/problema foi resolvido definitivamente e acrescentar, no encerramento da solicitação, o nome e a matrícula do servidor solicitante.
  - 13. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.
  - 14. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da formalização do Contrato.
  - 15. Implantar a supervisão permanente dos serviços de modo adequado e de forma a obter uma operação eficaz e eficiente.





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

16. Assumir inteira responsabilidade técnica e administrativa do objeto a ser contratado, não podendo, sob qualquer hipótese, transferir a outras empresas a responsabilidade por problemas de funcionamento dos serviços.
17. Atender prontamente quaisquer exigências do representante do CONTRATANTE, inerentes ao objeto do Termo de Referência.
18. Fornecer, na forma solicitada pelo CONTRATANTE, o demonstrativo de utilização dos serviços, objeto do Termo de Referência.
19. Executar fielmente o objeto contratado, de acordo com as normas legais, verificando sempre o seu bom desempenho, realizando os serviços em conformidade com a proposta apresentada e com as orientações do CONTRATANTE, observando sempre os critérios de qualidade dos serviços a serem prestados;
20. Responder por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços;
21. Responder pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou ao acompanhamento pelo CONTRATANTE;
22. Arcar com despesas decorrentes de qualquer infração praticada por seus técnicos durante a execução dos serviços no recinto do CONTRATANTE;
23. Garantir sigilo e inviolabilidade das conversações realizadas por intermédio desta contratação, considerando os recursos disponibilizados;
24. Observar, obrigatoriamente, a Política de Segurança da Informação do CONTRATANTE e 7.5 as normas dela derivadas, divulgá-las aos seus empregados e preposto envolvidos em atividade no CONTRATANTE;
23. Indicar um preposto para acompanhar a execução do contrato e responder perante o CONTRATANTE no prazo de 5 (cinco) dias úteis após assinatura do contrato;
25. A CONTRATADA, em hipótese alguma, poderá veicular publicidade acerca dos serviços prestados para o CONTRATANTE, sem prévia autorização;
26. Em qualquer situação, fica a CONTRATADA obrigada a restabelecer os serviços contratados ao CONTRATANTE no prazo máximo de 6 horas, sem custo adicional para a CONTRATANTE;
27. Havendo necessidade de alteração do hardware ou software do objeto licitado, fica a CONTRATADA responsável por esta operação;
28. Todas as alterações devem ser precedidas por Termo Descritivo fornecido pela CONTRATADA e devidamente autorizado pela CONTRATANTE;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

29. Fornecer, em até 6 horas após a abertura de chamado de suporte, relatório técnico detalhado sobre problemas ou falhas no fornecimento dos serviços, as soluções adotadas e a cronologia dos eventos;
30. Uma vez após falha de fornecimento de serviço, deverá a CONTRATADA possuir estratégia abertura de tickets no sistema contratado, de chamados originados a partir de e-mail e/ou formulários;
31. Manter, por período não inferior a 365 dias, registros (LOG) de todas as atividades de acesso ao site, ao banco de dados ou qualquer serviço relacionado. Os registros deverão ser disponibilizados à CONTRATADA em até 24 horas contadas a partir da solicitação formal.
32. não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato, sem prévia anuência do CONTRATANTE.

### **CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES PARTICULARES**

- 6.1- O CONTRATANTE não se responsabilizará por quaisquer materiais que venham a ser fornecidos pela CONTRATADA, sem que tenha sido previsto neste contrato ou fora de sua vigência;
- 6.2 - É assegurada ao CONTRATANTE a faculdade de exigir, a qualquer tempo, da CONTRATADA a documentação que comprove o correto e tempestivo pagamento de todos os encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais decorrentes da execução deste Contrato;
- 6.3 - A CONTRATADA autoriza o CONTRATANTE, desde já, de forma irrevogável e irretroatável, a compensar dos créditos futuros que venha a ter em face da aquisição objeto do presente contrato os danos ou prejuízos causados ao TRE-RO;
- 6.4 - Aos 90 (noventa) dias antes da data do efetivo término do contrato, a CONTRATADA deverá fornecer ao CONTRATANTE toda a assistência a fim de que os serviços continuem sendo prestados sem interrupção, degradação ou efeito adverso para que haja uma transferência ordenada dos serviços para o CONTRATANTE ou ao delegado por este.
- 6.5 - A falta de transferência de conhecimento caracterizará infração contratual, sujeitando a CONTRATADA às penalidades previstas na legislação vigente;
- 6.6 - A CONTRATADA deverá participar de todas as reuniões marcadas pelo CONTRATANTE relacionadas à transição contratual, assim como





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

deverá atender a todas as solicitações do CONTRATANTE, referentes à execução contratual, à documentação e demais informações relevantes;

6.7 - A CONTRATADA compromete-se a fornecer ao CONTRATANTE toda a documentação e base de dados relativa à prestação dos serviços que esteja em sua posse;

6.8 - A CONTRATADA deverá participar, em conjunto com o CONTRATANTE, sob sua solicitação, da elaboração do Plano de Transferência do Conhecimento;

6.9 - **Havendo divergência entre o contrato e o termo de referência, prevalecerá o constante neste último.**

**CLÁUSULA SÉTIMA – DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO**

7.1 - A solução será recebida provisoriamente quando estiver em plena condição de funcionamento, atestado pelo acesso à plataforma dos servidores da CONTRATANTE que atuaram como administradores da solução;

7.2 - A CONTRATANTE realizará conferência minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço e emitirá o Termo de Recebimento Provisório.

7.3 - No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do fim da **Fase de Acompanhamento**, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

- a) Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- b) Emitir Termo de Recebimento Definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- c) Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.4 - O Recebimento Provisório ou Definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

7.5 - Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

### **CLÁUSULA OITAVA – DO CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS**

8.1 - A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.

8.2 - Em atendimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados, o CONTRATANTE, para a execução do serviço objeto deste contrato, tem acesso a dados pessoais dos representantes da CONTRATADA, tais como números do CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial, e cópia do documento de identificação.

8.3 - As partes obrigam-se a cumprir o disposto na Lei nº 13.709/2018 em relação aos dados pessoais a que venham ter acesso em decorrência da execução contratual, comprometendo-se a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassadas em decorrência da execução contratual, sendo vedada a transferência, a transmissão, a comunicação ou qualquer outra forma de repasse das informações a terceiros, salvo as decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

8.4 - É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual, para finalidade distinta daquela contida no objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

8.5 - A Contratada fica obrigada a comunicar ao Contratante, em até 24 (vinte e quatro) horas, a contar da ciência do ocorrido, qualquer incidente de segurança aos dados pessoais repassados em decorrência desta contratação e a adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

8.6 - As partes responderão administrativa e judicialmente caso causarem danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à Lei Geral de Proteção de Dados.

8.7 - As partes obrigam-se a proceder, ao término do prazo de vigência, à eliminação dos dados pessoais a que venham ter acesso em decorrência da execução contratual, ressalvados os casos em que a manutenção dos dados por período superior decorra de obrigação legal.

### **CLÁUSULA NONA – DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO, DO SIGILO E DA CONFIDENCIALIDADE**

9.1 - Será exigido da CONTRATADA a assinatura de um **Termo de Confidencialidade e Sigilo - TCS**, conforme detalhado no Anexo II, do Termo de Referência nº 1/2022 – TRE-RO/GABSTIC e reproduzido no Anexo I deste Contrato.

9.1.1 - Este termo visa proteger a CONTRATANTE de eventuais divulgações não autorizadas de informações dos usuários atendidos que trafeguem na SOLUÇÃO.

9.1.2 - O signatário do TCS deve ser representante com autorização expressa da CONTRATADA para atuar comercialmente em seu nome. Esta exigência é motivada pela necessidade de garantir a legitimidade do documento com vistas a facilitar eventuais medidas administrativas e judiciais.

9.2 - Toda informação referente à CONTRATANTE que a CONTRATADA vier a tomar conhecimento, não poderá ser divulgada a terceiros sem autorização expressa da CONTRATANTE;

9.3 - A CONTRATADA obriga-se, sempre que aplicável, estar e atuar em conformidade com a legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial, a Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (“LGPD”).

9.4 - A CONTRATANTE assume o papel de controlador, nos termos do artigo 5º, VI da Lei nº 13.709/2018, e a CONTRATADA assume o papel de operador, nos termos do artigo 5º, VII da Lei nº 13.709/2018.

9.5 - A CONTRATANTE terá o direito de acompanhar, monitorar, auditar e fiscalizar a conformidade da CONTRATADA com as obrigações de operador para a proteção de Dados Pessoais.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

9.6 - A CONTRATADA deverá assegurar o sigilo das informações, documentos e bancos de dados da CONTRATANTE, e adotar todas as providências necessárias para garantir sigilo de toda e qualquer informação a que ter acesso em função da prestação dos serviços previstos no Termo de Referência, respondendo administrativa, civil e penalmente por qualquer violação desse preceito;

9.7 - A CONTRATADA deverá colaborar com procedimentos de investigação ou auditoria, em especial os em face do uso indevido das informações disponibilizadas para a execução das atividades;

9.8 - Propriedade e uso das informações: todas as informações geradas e armazenadas referentes aos atendimentos prestados serão de propriedade exclusiva do CONTRATANTE, não podendo a CONTRATADA, em nenhuma hipótese, as utilizar para qualquer finalidade sem a prévia autorização formal do CONTRATANTE;

9.9 - Toda informação originária da prestação dos serviços de atendimento deverá ser disponibilizada somente pelo CONTRATANTE e a quem ela determinar, não cabendo divulgação ou mesmo apontamentos, por qualquer meio de anotação, que propiciem exposição de informação alheia e reutilização danosa;

9.10 - A CONTRATANTE deve possuir acesso a todos os dados utilizados em sistemas da CONTRATADA, relacionados com a prestação de serviço à CONTRATANTE;

9.11 - A CONTRATADA ou a PROVEDORA, caso sejam distintas, deverá possuir rotina estruturada de backup de dados, realizada de forma automática, bem como estar preparada e estruturada para situações de emergência, como falta de energia, falha de equipamentos e incêndios;

9.12 - A CONTRATADA deverá elaborar um Plano de Contingência dos serviços, envolvendo componentes críticos e de infraestrutura, de forma a garantir a continuidade dos atendimentos;

9.13 - A CONTRATADA deverá manter o sistema em nuvem sendo o espaço para armazenamento de dados suficiente para manter em funcionamento a solução (no que diz respeito aos bancos de dados) e para cada agente ativado será imposto um limite de 5Gb de armazenamento no período de 12 meses, ficando os custos deste armazenamento sob inteira responsabilidade total da CONTRATADA.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DO PREÇO**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

10.1 - O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pelo fornecimento efetivo do objeto contratado descrito na cláusula primeira, considerando os totais de valores e quantitativos estimados para todo o período de vigência contratual, indicados a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO REGISTRADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
01	Subscrição Whatsapp API Oficial (BSP) mensal	Mês	12	R\$ 599,00	R\$ 7.188,00
02	Ativação de licença para agente <b>com mensagens passiva/receptiva ilimitadas</b>	Ativação mensal	800	R\$ 60,00	R\$ 48.000,00
03	Serviço de Implantação e configuração	Unidade	1	R\$ 5.990,00	R\$ 5.990,00
04	Serviço de treinamento	Unidade	1	R\$ 3.990,00	R\$ 3.990,00
05	Serviço de integração e desenvolvimento	Hora	264	R\$ 50,00	R\$ 13.200,00
04	Mensagem de notificação ativa ( <i>template HSM</i> ), conforme demanda	Unidade	312.000	R\$ 0,45	R\$ 140.400,00
07	Pacote adicional de videochamada simultâneas (adicionada mais 5 agentes)	Pacote com 5	50	R\$ 74,00	R\$ 3.700,00
08	Pacote de	Pacote	600	R\$ 9,00	R\$



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	disparo de e-mails (1000 mensagens)	com 1000			5.400,00
09	Pacote de disparo de SMS (1000 mensagens)	Pacote com 1000	600	R\$ 39,00	R\$ 23.400,00
10	Pacote adicional de mensagens ativas Whatsapp (1000 mensagens)	Pacote com 1000	600	R\$ 18,00	R\$ 10.800,00
<b>VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO</b>					<b>R\$ 262.068,00</b>

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO PAGAMENTO**

11.1 - O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

11.2 - Os serviços serão faturados da seguinte forma:

- a) As despesas decorrentes das etapas de implantação, configuração da solução, treinamento dos servidores e desenvolvimento deverão ser faturadas após concluídas tais etapas;
- b) As despesas decorrentes do volume de agentes ativos no mês serão faturadas mensalmente;
- c) As despesas decorrentes de envio de mensagens ativas serão faturadas mensalmente, mediante verificação dos relatórios de mensagens enviadas por parte do fiscal do contrato;
- d) As despesas decorrentes da contratação de pacotes de envio de mensagens ativas, disparo de e-mails e SMS, pacote adicional de videochamadas simultâneas e pacote adicional de mensagens ativas serão faturados mensalmente.

11.3 - A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, b) constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei no 8.666, de 1993.

11.4 - Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no art. 31 da Instrução Normativa no 3, de 26 de abril de 2018.

11.5 - O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

1. o prazo de validade;
2. data da emissão;
3. os dados do contrato e do órgão CONTRATANTE;
4. o período de prestação dos serviços;
5. o valor a pagar; e
6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

11.6 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE;

11.7 - Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MPDG no 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:

- a) não produziu os resultados acordados;
- b) deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- c) deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

11.8 - Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.9 - Antes de cada pagamento à CONTRATADA, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.

11.10 - Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa no 3, de 26 de abril de 2018.

11.11 - Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.12 - Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

11.13 - Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.

11.14 - Será rescindido o contrato em execução com a CONTRATADA inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da CONTRATANTE.

11.15 - Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MPDG no 5/2017, quando couber.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO RECOLHIMENTO DO IMPOSTO E DAS CONTRIBUIÇÕES**

12.1 - De acordo com o disposto na Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, será retido, na fonte, o imposto sobre a renda da pessoa jurídica - IRPJ, bem assim a contribuição sobre o lucro líquido (CSLL), a contribuição para a Seguridade Social (COFINS) e a contribuição para o PIS/PASEP, sobre o pagamento efetuado à pessoa jurídica contratada, pela



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

prestação do serviço, objeto deste contrato, observando os procedimentos previstos nessa Instrução Normativa.

12.1.1 - Caso a pessoa jurídica contratada seja optante do “SIMPLES” esta não ficará sujeita à retenção prevista na Instrução Normativa retromencionada.

12.1.2 - Consoante disciplina o art. 6º, § 2º, da Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, as empresas optantes do Simples Nacional, as instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos, bem como as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural, científico e às associações civis, a que se referem os artigos 12 e 15 da Lei nº 9.532/97, deverão, apresentar ao CONTRATANTE declaração assinada por seu representante legal, de acordo com os modelos dos Anexos II, III ou IV da referida norma.

12.1.3 - As entidades beneficentes de assistência social, previstas nos incisos III e IV do art. 4º da Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012 que atuam nas áreas da saúde, da educação e da assistência social deverão apresentar, juntamente à declaração constante dos Anexos II ou III da citada norma, o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (Cebas), expedido pelos Ministérios das respectivas áreas de atuação da entidade, na forma estabelecida pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014.

12.2 - Com base nos preceitos da legislação municipal correspondente, será retido, na fonte, o ISS sobre o valor do serviço prestado.

12.3 - Consoante disciplina o art. 31 da Lei nº 8.212/93, o TRE/RO reterá, para recolhimento à Seguridade Social em nome da Contratada, 11% (onze por cento) do valor bruto da nota fiscal/fatura dos serviços prestados.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

13.1 - O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua última assinatura eletrônica, podendo ser prorrogado até o limite de 48 (quarenta e oito) meses, conforme art. 57, inciso IV, da Lei nº 8.666/93.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS ALTERAÇÕES**

14.1 - O contrato poderá ser alterado nos casos e condições previstos na seção III, do capítulo III da Lei 8.666/93.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

15.1 - A despesa decorrente do presente contrato correrá à conta dos recursos específicos consignados na Fonte de Recurso 0100000000, Elemento de Despesa 339040, alocados no orçamento do TRE-RO para o exercício 2022.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Para a cobertura das despesas relativas ao corrente exercício, foi emitida a Nota de Empenho nº 2022NE000269, em 19/04/2022 (evento [0818146](#)), à conta da dotação especificada nesta cláusula, a seguir resumida:

CATEGORIA (TIPO DE ORÇAMENTO)	20GP 0001
AGREGADOR (FONTE)	Comunicação e Redes de Dados
DESPESA AGREGADA (FONTE)	Serviço de interligação Data Center principal (Sede) ao secundário (Site backup)
PLANO INTERNO (FONTE)	TIC COMRED

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

16.1 - Para o fiel cumprimento das obrigações assumidas a Contratada prestará, no prazo máximo de 10 (dez) dias a partir da assinatura do presente contrato, garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global do Contrato, por meio de qualquer uma das modalidades descritas no art. 56, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

16.1.1 - Caso a CONTRATADA opte pela modalidade Seguro Garantia, a apólice de seguro deverá ter de vigência de 90 (noventa) dias após o término da vigência do presente contrato;

16.2 - A garantia prestada pela CONTRATADA deverá assegurar o pagamento de:

- a) prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b) Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- c) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

16.3 - Não serão aceitas garantias em cujos termos não constem, **expressamente**, os eventos indicados nos itens “a” a “c” do item anterior.

16.4 - A garantia em dinheiro deverá ser efetuada junto à Caixa Econômica Federal, devendo o valor ser corrigido monetariamente.

16.5 - A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

16.6 - O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza o CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666/93.

16.7 - O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à Contratada.

16.8 - Será considerada extinta a garantia:

a) com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, emitido pelo Gestor do Contrato, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato;

**b) no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso o CONTRATANTE não comunique a ocorrência de sinistros.**

16.9 - A contratada obriga-se a apresentar nova garantia, conforme o caso, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, antes do seu vencimento, ou da redução do seu valor em razão de aplicação de quaisquer penalidades, ou da assinatura do termo aditivo que implique na elevação do valor do contrato e na prorrogação, mantendo-se o percentual estabelecido no item 16.1 desta cláusula.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS PENALIDADES E DO DESCONTO DO VALOR DA MULTA**

17.1 - O CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA as penalidades previstas no artigo 49 do Decreto nº 10.024/2019. A Administração poderá, ainda, a seu critério, utilizar-se subsidiariamente das sanções previstas na Lei nº 8.666/93, no que couber.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

17.2 - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da notificação do CONTRATANTE, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o à penalidade de multa no percentual de até 30% (trinta por cento) sobre o valor global da obrigação não cumprida.

17.3 - Fica estabelecido como falta grave, caracterizado como falha em sua execução, a não manutenção de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, que poderá dar ensejo à rescisão do contrato, sem prejuízo da aplicação da multa compensatória estabelecida no item 6.11.4 e do impedimento para licitar e contratar com a União, nos termos do art. 49 da do Decreto nº 10.024/2019.

17.4 - Com fundamento no art. 49 da do Decreto nº 10.024/2019, ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das demais cominações legais e de multa compensatória de até 30% (trinta por cento), no caso de inexecução total, sobre o valor total da contratação, ou de até 15% (quinze por cento), no caso de inexecução parcial, sobre o valor do saldo da contratação, respectivamente, a Contratada que:

17.4.1 - apresentar documentação falsa;

17.4.2 - causar o atraso na execução do objeto;

17.4.3 - não mantiver a proposta;

17.4.4 - falhar na execução do contrato;

17.4.5 - fraudar a execução do contrato;

17.4.6 - comportar-se de modo inidôneo;

17.4.7 - declarar informações falsas; e

17.4.8 - cometer fraude fiscal.

17.5 - Para os fins do item 16.4.8, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos arts. 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei nº 8.666/93.

17.6 - A Contratada ficará sujeita, no caso de inexecução parcial ou total da obrigação, com fundamento no art. 86 da Lei nº 8.666/93, à seguinte penalidade:

17.6.1 - **multa moratória** de:

17.6.1.1 – 0,05% (zero vírgula zero cinco por cento) ao dia sobre o valor do contrato em caso de atraso na execução do serviço, limitada a incidência de 10 (dez) dias;





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

17.6.1.2 – Sendo o atraso superior a 10 (dez) dias, configurar-se-á inexecução total da obrigação, a ensejar a aplicação da **multa compensatória**, prevista no item 16.1.4, sem prejuízo da aplicação da **multa moratória** limitada a 0,5% (zero vírgula cinco por cento), oriunda do atraso referido no subitem anterior, bem como da rescisão unilateral da avença.

17.7 - As multas moratória e compensatória poderão ser cumuladas com as sanções previstas no item 16.1.

17.8 - Apenas a aplicação das penalidades de advertência e multa moratória, **não** necessitam ser publicadas no DOU, devendo a intimação da apenada dar-se por meio de notificação;

17.9 - As sanções estabelecidas nesta cláusula são da competência exclusiva da autoridade designada nos normativos internos deste Tribunal, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da efetiva notificação.

17.10 - A autoridade competente, na aplicação das penalidades previstas nesta cláusula, deverá levar em consideração a gravidade da conduta da Contratada, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado ao Contratante, observados os princípios da proporcionalidade, da razoabilidade, da prevalência e indisponibilidade do interesse público, em decorrência de circunstâncias fundamentadas em fatos reais e comprovados.

17.11 - O valor da multa moratória ou compensatória, nos termos do artigo 86, § 3º da LLC, poderá ser descontado da garantia contratual, dos créditos da Contratada ou cobrado judicialmente, nesta ordem.

17.12 - O recolhimento do valor da multa, moratória ou compensatória, deverá ser feito no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data da intimação da aplicação da sanção, sob pena de seu desconto ser efetuado conforme item anterior, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

17.13 - As penalidades estabelecidas nesta cláusula deverão ser registradas no SICAF.

17.14 - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar a ata de registro de preços e/ou o contrato, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da notificação do CONTRATANTE, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o à penalidade de multa no percentual de até 30% (trinta por cento) sobre o valor global da obrigação não cumprida.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

17.15 - As penalidades descritas nesta cláusula não excluem a possibilidade de o CONTRATANTE cobrar da CONTRATADA indenização por eventuais perdas e danos.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA RESCISÃO**

18.1 - O contrato poderá ser rescindido nos casos e condições previstos na seção V, do capítulo III, da Lei 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FUNDAMENTO LEGAL**

19.1 - O presente contrato tem apoio legal no Pregão Eletrônico nº 27/2021 – TRE-PB e reger-se-á por suas cláusulas e pelos termos da proposta da contratada, bem como pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, no Decreto nº 3.555/2000, Decreto nº 10.024/2019, Decreto nº 7.892/2013 e, no que couber, na Lei nº 8.666/1993 e suas alterações e foi celebrado em conformidade com a ARP nº 01/2022 TRE-PB e de acordo com o contido no Processo SEI nº 4741-84.2021.6.15.8000, daquele Regional e com o Processo SEI nº 0003574-37.2021.6.22.8000 deste TRE-RO.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO**

20.1 - Para dirimir questões deste Contrato fica nomeado o foro da Seção Judiciária da Justiça Federal desta Capital.

E por estar justo e acordado, depois de lido e achado conforme, foi o presente Contrato assinado

eletronicamente pelas partes e o seu extrato será publicado no Diário Oficial da União, Seção 3.

Porto Velho/RO, 20 de abril de 2021.

**LIA MARIA ARAÚJO LOPES**

Pelo CONTRATANTE

**MARCOS DOS REIS  
PROENÇA**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	Pela CONTRATADA
Fábia Maria dos Santos Silva CPF: 567.849.102-49 Testemunha	Luciano da Silva Santos Braga CPF: 812.434.482-53 Testemunha

**ANEXO I DO CONTRATO 07/2022/TRE-RO**

**(REPRODUÇÃO DO ANEXO II DO TERMO DE REFERÊNCIA  
1/2022/TRE-RO/GABSTIC)**

**TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E SIGILO**

A CONTRATADA **OMNICENTRAL TECNOLOGIA EIRELI**, CNPJ nº 23.109.142/0001-97, com sede na Rua Piraí do Sul, 39 – Paloma – Colombo – Paraná. CEP: 83.410-310. E-mail(s): marcos@omnicentral.com.br, telefone(s): (41) 9.9697-0873, doravante denominada simplesmente signatário, por tomar conhecimento de dados pessoais que permita identificar, direta ou indiretamente informações relativas ao atendimento ao eleitor e sociedade em geral através de ferramenta objeto deste CONTRATO, aceita as regras, condições e obrigações constantes do presente Termo de Confidencialidade e Sigilo.

1. O objetivo deste Termo de Confidencialidade e Sigilo é prover a necessária e adequada proteção às informações restritas e dados pessoais relativos ao atendimento ao eleitor e a sociedade em geral, reveladas ao signatário em função da prestação dos serviços de fornecimento de solução de comunicação multicanal através da Internet, baseado em computação em nuvem, com recursos de atendimento automatizado por robô (chatbot) e/ou por atendente humano que propicia a comunicação de nossos clientes (eleitores e sociedade em geral) através de interação por ferramentas de comunicação instantânea (Whatsapp e similares) e interação pelo site institucional do TRE-RO na Internet, de modo integrado em uma única



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

plataforma de atendimento (do lado do órgão), dispondo de recursos de troca de mensagens por texto, áudio e videochamada.

2. A expressão “informação restrita” abrangerá toda informação escrita, oral ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: dados pessoais relativos ao atendimento ao eleitor e a sociedade em geral, fotografias de documentos, vídeos decorrentes de atendimento por videochamada, troca de mensagens eletrônicas em tempo real com auxílio de robôs ou por atendimento humano, entre outros.

3. O signatário compromete-se a não reproduzir nem dar conhecimento a terceiros, sem a anuência formal e expressa do CONTRATANTE, das informações restritas reveladas.

4. O signatário compromete-se a não utilizar, de forma diversa da prevista no contrato de prestação de serviços, as informações restritas reveladas.

5. O signatário deverá cuidar para que as informações reveladas fiquem limitadas ao conhecimento próprio.

6. O signatário obriga-se a informar imediatamente a CONTRATANTE qualquer violação das regras de sigilo estabelecidas neste Termo que tenha tomado conhecimento ou ocorrido por sua ação ou omissão, independentemente da existência de dolo.

7. A quebra do sigilo das informações restritas reveladas, devidamente comprovada, sem autorização expressa da CONTRATANTE, enquadra a CONTRATADA nas penalidades previstas em Lei, em especial, mas não somente na Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados. Nesse caso, o signatário, estará sujeito, por ação ou omissão, além das eventuais multas definidas no contrato, bem como as de responsabilidades civil e criminal respectivas, as quais serão apuradas em regular processo judicial ou administrativo.

8. O presente Termo tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de acesso às informações restritas.

E, por aceitar todas as condições e as obrigações constantes do presente Termo, o signatário assina o presente termo através de seus representantes legais.

Porto Velho/RO, 20 de abril de 2022.

---



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**MARCOS DOS REIS PROENÇA**

Representante da Contratada



Documento assinado eletronicamente por **MARCOS DOS REIS PROENÇA, Usuário Externo**, em 20/04/2022, às 21:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 21/04/2022, às 11:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 21/04/2022, às 12:01, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANO DA SILVA SANTOS, Auxiliar Administrativo(a)**, em 25/04/2022, às 13:15, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0818495** e o código CRC **0B150A4E**.

0003574-37.2021.6.22.8000

PROCESSO: 0003574-37.2021.6.22.8000

INTERESSADO: Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação - STIC

ASSUNTO: ADESÃO À INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇO (órgão participante) – SRP – Pregão Eletrônico nº 27/2021 TRE-PB – Fornecimento de solução de comunicação multicanal por meio da internet.

**PARECER JURÍDICO Nº 54 / 2022 - PRES/DG/AJDG**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **I – RELATÓRIO**

**01.** Trata-se de processo administrativo instaurado pela Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (STIC), com o objetivo de contratação de empresa para eventual fornecimento de solução de comunicação multicanal pela Internet, baseado em computação em nuvem, com recursos de atendimento automatizado por robô (chatbot) e por atendente humano que propicia a comunicação dos clientes da Justiça Eleitoral (eleitores e sociedade em geral), através de interação por ferramentas de comunicação instantânea, redes sociais e interação pelo site institucional do TRE-RO na Internet, de modo integrado em uma única plataforma de atendimento, via adesão à **INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS divulgada pelo Tribunal Regional Eleitoral de Paraíba (TRE-PB), conforme Certidão 27/2021** – PRES/DG/STIC/GABSTIC ([0761743](#)) e Termo de Referência nº 1/2022 – PRES/DG/STIC/GABSTIC ([0804590](#)).

**02.** Em cumprimento aos procedimentos estabelecidos pela Resolução CNJ nº 182/2013 elaborou-se o Documento de Oficialização da Demanda (DOD) nº [0761777/2021](#) e o ETP – Para Pregão Eletrônico 3 ([0763759](#)), bem como expediu-se a Portaria nº 73/2022 ([0802949](#) e [0804013](#)), designando a equipe de planejamento desta contratação em comento.

**03.** Destaca-se que, no DOD citado, o secretário de tecnologia da informação mencionou que a contratação pretendida está prevista no Plano de Contratações de TIC 2022, sob código de identificação 022-N01.

**04.** Por meio da Informação nº 146/2021 – PRES/DG/STIC/GABSTIC ([0761870](#)), o secretário da STIC encaminha os autos à Seção de Licitação e Compras (SLC) para que sejam realizados os trâmites necessários ao cadastramento da IRP nº 00018/2021 divulgada pelo TRE-PB. Diante disso, solicitou-se o registro do interesse em participar da licitação citada como órgão participante ([0762856](#) e [0762858](#)), bem como o chefe da SLC certificou que deu conhecimento da presente demanda à Secretaria de Administração, Finanças e Contabilidade (SAOFC) e à Coordenadoria de Material e Patrimônio (COMAP) por meio do evento [0761951](#), nos autos do processo administrativo [0003580-44.2021.6.22.8000](#), vinculado aos presentes autos, conforme Certidão nº





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

15/2021 - PRES/DG/SAOFC/COMAP/SLC. Em seguida, o órgão gerenciador atendeu o pleito deste Tribunal ([0763412](#), [0763414](#), [0763420](#)).

**05. No Termo de Referência nº 1/2022 ([0804590](#))**, entre outras informações, consta que a demanda foi dimensionada no valor de R\$ 262.068,00 (duzentos e sessenta e dois mil e sessenta e oito reais).

**06. Para instrução do feito, ainda, juntou-se:**

**a)** Solicitação de participação na IRP nº 18/2021 - TRE-PB ([0762856](#));

**b)** Extrato de participação na IRP citada, demonstrando o aceite da adesão do TRE-RO ([0763412](#));

**c) Parecer nº 377/2021 – ASJUR ([0805349](#))**, elaborado pela unidade jurídica do TRE-PB, opinando pela legalidade da fase interna do procedimento licitatório e aprovando a minuta do edital e seus anexos;

**d) cópia do Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 27/2021 – SRP - TRE-PB e anexos ([0805398](#))**, com o comprovante de publicação do Aviso de Licitação no Diário Oficial da União – DOU de 16/12/2021 ([0805363](#));

**e) cópia da Ata de Realização do PE nº 27/2021 (SRP) – [0798008](#) – e Termo de Homologação do referido certame ([0798011](#));**

**f) cópia da Ata de Registro de Preço (ARP) nº 01/2022 ([0803510](#))**, na qual figura como órgão gerenciador o TRE-PB e como órgão participante, entre outros, o TRE-RO, e a respectiva publicação do seu extrato no DOU de 16/2/2022 ([0804114](#));

**g) Informação Conclusiva sobre o valor estimado da Licitação e Pesquisa de Preços nº 1/2021 – PRES/DG/STIC/COSEIC, preço realizada por este Tribunal ([0804942](#)); e**

**h) Declaração de Regularidade SICAF da empresa Omnicentral Tecnologia EIRELI, CNPJ nº 23.109.142/0001-97, compromissário fornecedor da ARP citada ([0805147](#)).**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**07.** Ainda, em observância da Resolução CNJ nº 182/2013, os documentos produzidos na fase de planejamento da contratação foram encaminhados ao titular da área demandante para deliberação (Remessa nº 70/2022 – PRES/DG/STIC/GABSTIC – [0805611](#)) que, por sua vez, manifestou-se pelo prosseguimento da contratação pretendida, consoante manifestação nº 8/2022 – PRES/DG/STIC/GABSTIC ([0805627](#)).

**08.** Recebidos os autos na SAOFC, seu titular determinou à COMAP a análise do ETP3, do TR e seus anexos e da Informação conclusiva do valor estimado; à Coordenadoria de Orçamento, Finança e Contabilidade (COFC) para elaboração da programação orçamentária dessa possível despesa; e, após, à esta Assessoria Jurídica da Diretoria-geral (AJDG) para análise dos autos e emissão de parecer jurídico, de acordo com o Despacho nº 522/2022 – PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC ([0806149](#)).

**09.** Mediante Análise de Termo de Referência/Projeto Básico nº 25/2022 ([0806229](#)), a coordenadora da COMAP concluiu que o TR nº 1, complementado pelos documentos que compõem os estudos preliminares e as pesquisas de preços juntadas ao processo ([0763937](#)) e sistematizadas na Informação Conclusiva do evento [0804942](#), encontra-se em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelos inciso II do artigo 3º da Lei n. 10.520/2002, art. 3º, XI do Decreto Federal n. 10.024/2019, regras do Decreto Federal nº 7.892/2013 e, ainda, às disposições da Instrução Normativa TRE-RO n. 004/2008. Ainda, em sua avaliação, alertou sobre a ausência da Análise de Risco da contratação e recomendou que o setor técnico justificasse a dispensabilidade do documento ou o junta-se ao processo.

**10.** Por sua vez, a Seção de Programação Orçamentária e Financeira (SPOF), em obediência ao Despacho nº 312/2022 – PRES/DG/DAOFC/COFC ([0806779](#)), formalizou a reserva de dotações orçamentárias no SIAFI no valor de R\$ 82.671,00 (oitenta e dois mil seiscentos e setenta e um reais), mediante a emissão de pré-empenho ([0806810](#)), para o custeio da despesa no presente exercício.

**11.** Por fim, a Seção de Contratos (SECONT) juntou a minuta de Contrato ([0807118](#)), nos moldes estabelecido pelo anexo IV Edital do PE nº 27/2021.

**12.** Desta forma instruídos, os autos vieram a esta Assessoria para análise e emissão de parecer jurídico, consoante Remessa nº 82/2022 – PRES/DG/SAOFC/COMAP/COMAP ([0807120](#)). **É o necessário relato.**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **II – DAS CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

**13.** Ressalte-se que, conforme Resolução TRE/RO n. 006/2015 (Regulamento Interno do Corpo Administrativo do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia) e com os demais atos normativos regulamentadores das atividades dos Assessores Jurídicos, é responsabilidade desta Assessoria prestar consultoria jurídica, de forma imparcial, aos atos praticados no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – TRE/RO.

**14.** O presente parecer se restringirá aos aspectos jurídicos, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no mérito técnico e administrativo, como questões de conveniência e oportunidade na contratação do objeto, cuja atribuição é do Administrador. Não se adentrará ou questionará, salvo patente ilegalidade, a necessidade e justificativa da contratação. Isso não significa, porém, que não poderão ser tecidas considerações e recomendações a respeito da motivação dos atos para melhor embasá-los.

**15.** A manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados.

**16.** De outro lado, cabe esclarecer que, via de regra, não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos. Incumbe isto sim, a cada um destes observar se os seus atos estão dentro do seu espectro de competências.

### **III – DA REGULARIDADE DA FORMAÇÃO DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO STIC**

**17.** Como condição prévia para a análise, e em se tratando de Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação - STIC, forçoso reduzir-se à obediência da Resolução nº 182/2013 do Conselho Nacional de Justiça que trata das diretrizes para esse tipo de contratação no âmbito do Poder Judiciário. Diante disso, é necessário fazer as ponderações abaixo.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**18.** Primeiramente, é importante registrar que os atos referentes a fase dos estudos preliminares desta solução de tecnologia da informação e comunicação (STIC) ocorreram de forma imprópria, pois o rito mais adequado seria a constituição da equipe de planejamento e elaboração do ETP antes da manifestação de adesão a IRP nº 18/2021 do TRE-PB ou pelo menos da realização do certame pelo órgão gerenciador. Assim, esta assessoria jurídica entende que as unidades pertinentes devem aprimorar os procedimentos na adesão de IRP feita por este Regional, iniciando com antecedência necessária para que os atos ocorram no seu devido tempo, com intuito de não se repetir, nas demais contratações de TIC, o atropelo ocorrido neste procedimento.

**19.** No tocante aos documentos essenciais resultantes das etapas do estudo preliminar previstos no §1º do artigo 12 do referido normativo, observa-se que a equipe de planejamento elaborou ETP contendo análise de viabilidade (tópico 14), sustentação do contrato (subtópico 5.1) e justificou a dispensa da estratégia para contratação (tópico 8) neste único documento, nos termos do § 2º do art. 12 da resolução citada.

**20.** Contudo, verificou-se ausência da análise de riscos, como bem apontou a COMAP na Análise de TR/PB nº 25/2022 ([0806229](#)). Tal documento, nos § 3º do dispositivo citado acima, é indispensável nas contratações cuja estimativa de preço ultrapassam o valor máximo previsto no art. 23, II, alínea “a”, da Lei nº 8.666/93 (atualmente corresponde à R\$ 176.000,00). **Logo, tendo em vista que o valor estimado no TR juntado é R\$ 262.068,00, deve-se elaborar o mencionado documento ausente ou apresentar justificativa da impossibilidade de sua elaboração, como é permitido no § 3º do art. 13 da Resolução CNJ nº 182/2013.**

**21.** Neste aspecto, também, assinala-se que o ETP ([0763759](#)) e o TR ([0804590](#)) juntados não estão subscritos por todos os integrantes da equipe de planejamento designados na Portaria 73 ([0802949](#) e [0804013](#)). O que igualmente deve ser retificado, uma vez que esta formalidade é determinada no art. 13, § 1º da resolução aludida.

**22.** Por outro lado, a contratação pretendida está prevista no Plano de Contratações de TIC 2022 deste Tribunal, sob código de identificação 022-N01, o qual foi devidamente aprovado pela autoridade competente (como consta no tópico 3 do DOD - [0761777](#)), nos termos do art. 7º da resolução citada; e, para cumprimento do § 1º do art. 13 da norma em comento, o Documento de Oficialização da Demanda - DOD ([0761777](#)) foi aprovado pelo titular da área demandante, mediante Manifestação nº 8/2022 –PRES/DG/STIC/GABSTIC ([0805627](#)).



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

23. Quanto ao procedimento previsto pela norma mencionada, excetuando as ressalvas feitas nesta seção deste opinativo, as diretrizes específicas foram observadas no caso em tela.

### **IV – ADESÃO A INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇO**

24. A eventual contratação ora pretendida pela Administração deriva da **adesão à Intenção de Registro de Preço – IRP nº 18/2021** divulgada pelo **TRE-PB**, dessa forma, o TRE-RO atua na condição de “órgão participante”, situação jurídica definida pelo **artigo 6º do Decreto nº 7.892/2013**.

25. O referido procedimento está relacionado ao Sistema de Registro de Preço – SRP, o qual encontra amparo normativo originalmente no disposto no art. 15, inciso II, da Lei nº 8.666/93, tendo sido regulamentada pelo Decreto citado. Assim, cumpre-nos tecer breve comentário sobre este instituto.

26. Nas lições de Jorge Ulisses Jacoby FERNANDES, em seu livro intitulado Sistema de Registro de Preços e pregão presencial e eletrônico, 2ª edição, editora Fórum, 2007:

Sistema de Registro de Preço é um procedimento especial de licitação que se efetiva por meio de uma concorrência ou pregão *sui generis*, selecionando a proposta mais vantajosa, com observância do princípio da isonomia, para eventual e futura contratação pela Administração. Nesse sentido, cabe destacar suas principais características:

a) a tabela de preços proveniente de determinado Sistema terá validade não superior a doze meses (art. 15, § 3º, inc. III da Lei nº 8.666/1993 c/c art. 12, § 2º do Dec. Nº 7.892/2013);

b) a celebração de Ata de Registro de Preço (ARP) que é documento vinculativo e obrigacional, gerador de expectativa de contratação (art. 13 ss do decreto em comento), ou seja, se os preços de mercado se mostrarem mais vantajosos do que aqueles registrados, poderá a Administração contratá-los, detrimento deste, por meio da realização de licitação ou por via de contratação direta (art. 15, §4º, Lei nº 8.666/93);

c) o processamento do SRP apenas por meio das modalidades concorrência (art. 15, § 3º, I, da Lei de Licitações e Contratos) e pregão (art. 11 da Lei 10.520/2020);

d) a possibilidade de não indicar a dotação orçamentária na licitação para a formação do registro de preço, sendo apenas obrigatória antes da formalização do contrato ou outro instrumento hábil (§ 2º do art. 7º do Decreto nº 7.892/2013).

27. Feitas tais considerações, é oportuno examinar o instituto jurídico da IRP que, embora não apresente sua conceituação, foi



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

regulamentado pelo decreto mencionado e que, em suma, objetiva a ampliação de participantes em determinado registro de preço somando-lhe as demandas. Veja-se:

Art. 4º Fica instituído o procedimento de Intenção de Registro de Preços - IRP, a ser operacionalizado por módulo do Sistema de Administração e Serviços Gerais - SIASG, que deverá ser utilizado pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais - SISG, para registro e divulgação dos itens a serem licitados e para a realização dos atos previstos nos incisos II e V do caput do art. 5º e dos atos previstos no inciso II e caput do art. 6º.

(...)

**28.** Extrai-se a finalidade da criação de tal ferramenta no site [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br):

O presente manual tem por finalidade orientar os servidores habilitados e cadastrados a operarem a funcionalidade de “INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS – IRP, que tem como finalidade **permitir à Administração tornar públicas suas intenções de realizar Pregão ou Concorrência para Registro de Preços, com a participação de outros órgãos governamentais, que tenham interesse em contratar o mesmo objeto, possibilitando auferir melhores preços por meio de economia de escala.** (Intenção de Registro de Preço – IRP – Manual o Gerenciador, Brasília, agosto/2007, p. 4, disponibilizado no portal de compras do Governo

Federal [https://www.comprasgovernamentais.gov.br/images/manuais/siasgnet/manual\\_irp-1.pdf](https://www.comprasgovernamentais.gov.br/images/manuais/siasgnet/manual_irp-1.pdf))

**29.** Neste sentido, o entendimento do Tribunal de Contas da União – TCU, manifesto pelo Acórdão nº 2.692/2012 – Plenário, a IRP é um sistema informatizado criado para permitir a ampla divulgação do interesse de um órgão em realizar o registro de preços e materiais, possibilitando a participação de outros órgãos ou entidades interessados ainda durante o procedimento licitatório, aumentando a perspectiva de quantitativos mínimos a serem adquiridos e a possibilidade de obtenção de economia de escala.

**30.** No caso em tela, observa-se que a participação colaborativa deste Regional no PE nº 27/2021 conduzido pelo TRE-PB, para que possam contratar conjuntamente os objetos de interesse descritos no TR (0804590), está amparado nos normativos mencionados acima. Ademais, tal medida visa atender aos princípios da eficiência e da economicidade, uma vez que maiores quantidades deverão promover a obtenção de menores preços, resultante da competitividade e da economia de escala.

**31.** Destaca-se que duas figuras participam deste procedimento: órgão gerenciador e órgão participantes. Aquele é responsável por conduzir o procedimento relacionados ao SRP (tanto o procedimento licitatório quanto a administração da ARP dele decorrente) e





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

suas atribuições estão descritas no art. 5º do Decreto nº 7.892/13. Já este é órgão ou entidade que manifesta interesse em participar dos procedimentos iniciais do SRP e integra a ata, estendo suas competências elencadas no art. 6º, caput, inciso I a III, do mesmo Decreto, *in verbis*:

Art. 6º O órgão participante será responsável pela manifestação de interesse em participar do registro de preços, providenciando o encaminhamento ao órgão gerenciador de sua estimativa de consumo, local de entrega e, quando couber, cronograma de contratação e respectivas especificações ou termo de referência ou projeto básico, nos termos da [Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993](#), e da [Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002](#), adequado ao registro de preços do qual pretende fazer parte, devendo ainda:

I - garantir que os atos relativos a sua inclusão no registro de preços estejam **formalizados e aprovados pela autoridade competente**;

II - **manifestar, junto ao órgão gerenciador, mediante a utilização da Intenção de Registro de Preços**, sua concordância com o objeto a ser licitado, antes da realização do procedimento licitatório; e

III - **tomar conhecimento da ata de registros de preços**, inclusive de eventuais alterações, para o correto cumprimento de suas disposições. (sem grifo no original).

**32.** Quanto aos incisos II e III citados, verifica-se sua regularidade. A concordância com o objeto a ser licitado, inclusive seu quantitativo, mediante a utilização da ferramenta do sistema Comprasnet foi atendido, como se verifica no evento [0763412](#). E a ciência da ARP nº 01/2022, oriunda do PE nº 27/2022, é atestada com a juntado da própria ata em questão no evento [0803510](#). Neste ponto, sugere-se que a unidade gestora da contratação acompanhe o gerenciamento da ARP no TRE-PB, a fim de ter conhecimento de eventuais alterações.

**33.** Já com relação a obrigação prevista no inciso I do dispositivo legal citado, constata-se que a inclusão no registro de preço foi formalizado neste Tribunal por meio dos documentos juntados no presente autos, iniciando-se com a Informação nº 146/2011 - PRES/DG/STIC/GABSTIC.

**34.** Ainda, faz-se necessário citar a IN TRE-RO nº 04/2008, norma interna sobre procedimentos de contratação de serviços e compras de qualquer natureza e de gestão contratual no âmbito deste Regional, a qual dispõe em seu art. 19 as regras de participação do TRE-RO em aquisições e contratações conjuntas, *in verbis*:

Art. 19. Nos termos da legislação aplicável, o TER/RO poderá participar de processo de contratações conjuntas com outros órgãos federais através de registro de preços, seja na condição de órgão gerenciador ou participante, sempre comprovada a conveniência de tal operação.

§ 1º **Havendo interesse, o Secretário da SAOFC lavrará manifestação circunstanciada, submetendo-a à deliberação da autoridade competente para autorizar a despesa.**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

§ 2º Autorizada o pedido, o processo seguirá as disposições da legislação e regulamentação aplicável a esse procedimento especial de registro de preços. (sem grifo no original)

**35.** Apesar de não detalhado o ingresso deste Tribunal na condição de participante em certame de registro de preços patrocinado por outro órgão federal, duas etapas são descritas: a) manifestação circunstanciada de interesse lavrada pelo secretário da SAOFC; e b) deliberação da autoridade competente para autorizar a despesa. É evidente que tais etapas são prévias a adesão à IRP, por meio do sistema Comprasnet.

**36.** No caso em análise, após a solicitação feita pelo integrante da equipe de planejamento sobre a IRP nº 18/2021 (0761870), o chefe da SLC efetuou a solicitação de adesão a IRP por meio do Comprasnet ([0762856](#) e [0762858](#)), ao mesmo tempo que deu conhecimento da presente demanda ao secretário da SAOFC, consoante Certidão nº 15/2021 – PRES/DG/SAOFC/COMAP/SLC.

**37.** Assim, sendo não houve a manifestação circunstanciada e, por consequência, a autoridade competente (Diretora-geral, conforme inciso I do art. 1º da Portaria nº 66/2018) não deliberou sobre o assunto, tornando o procedimento em comento irregular.

**38.** Conforme Despacho nº 522/2022 – PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC ([0806149](#)), o titular da SAOFC irá se manifesta após o parecer jurídico, oportunidade na qual poderá apresentar os motivos de seu consentimento tácito à IRP em comento, inferido pela sua ciência da Remessa nº 120/2021 – PRES/DG/SAOFC/COMAP/SLC presente nos autos [0003580-44.2021.6.22.8000](#). Restando, à diretora-geral, se assim entender, convalidar os atos administrativos referentes à adesão a IRP nº 18/2021, regularizando a ausência da competência acima demonstrada, com base no art. 55 da Lei nº 9.784/99.

**39.** Segundo o comando inserto no dispositivo legal mencionado, os atos administrativos que apresentarem **vícios sanáveis** poderão ser convalidados pela própria Administração por meio de decisão que demonstre **não ter havido lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros**.

**40.** De acordo com as lições de José dos Santos Carvalho Filho, em seu Manual de Direito Administrativo, Editora Atlas, 32ª Edição, p. 171, o conceito de convalidação:

(...) é o processo de que se vale a Administração para aproveitar atos administrativos com vícios sanáveis, de forma a confirmá-lo no todo ou em parte. Só é admissível



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

o instituto da convalidação para a doutrina dualista, que aceita possam os atos administrativos se nulos ou anuláveis.

(...). Por essa razão, o ato que convalida tem efeitos ex tunc, uma vez que retroage, em seus efeitos, ao momento em que foi praticado o ato originário.

**41.** O vício apresentado no ato praticado pelo secretário está relacionado a competência, tendo em vista que a autorização da adesão IRP não está incluída nas suas atribuições regimentais tampouco foi delegada por meio da Portaria nº 66/2018. Todavia, o defeito é considerado sanável, pois não se trata de competência exclusiva (ou seja, pode ser delegada ou avocada). Nesse sentido, é o entendimento dos tribunais:

DIREITO ADMINISTRATIVO. CONVALIDAÇÃO DE VÍCIO DE COMPETÊNCIA EM PROCESSO LICITATÓRIO. Não deve ser reconhecida a nulidade em processo licitatório na hipótese em que, a despeito de recurso administrativo ter sido julgado por autoridade incompetente, tenha havido a posterior homologação de todo o certame pela autoridade competente. Isso porque o julgamento de recurso por autoridade incompetente não é, por si só, bastante para acarretar a nulidade do ato e dos demais subsequentes, tendo em vista o saneamento da irregularidade por meio da homologação do procedimento licitatório pela autoridade competente. Com efeito, o ato de homologação supõe prévia e detalhada análise de todo o procedimento, atestando a legalidade dos atos praticados, bem como a conveniência de ser mantida a licitação. Ademais, **o vício relativo ao sujeito - competência - pode ser convalidado pela autoridade superior quando não se tratar de competência exclusiva.** (REsp 1.348.472-RS, Rel. Min. Humberto Martins, julgado em 21/5/2013.)

DIREITO AMBIENTAL E ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO. CPC/1973. AÇÃO ANULATÓRIA. AUTO DE INFRAÇÃO DO IBAMA. DANO A FLORESTA. MATA ATLÂNTICA. PROVA PERICIAL. REQUERIMENTO GENÉRICO. INDEFERIMENTO. AMPLA DEFESA. OFENSA. INEXISTÊNCIA. ATO ADMINISTRATIVO. VÍCIO DE COMPETÊNCIA. CONVALIDAÇÃO. POSSIBILIDADE. DECADÊNCIA E PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. 1. A sentença negou à sociedade empresária autora a anulação de processo administrativo e auto de infração do IBAMA, lavrado em 8/8/2006, com multa de R\$ 1.500,00, por dano a 0,5 hectare de floresta nativa objeto de especial preservação, em Linhares-ES, sem autorização do órgão competente; o auto substituiu outro, de 3/11/2003, anulado em dezembro de 2005 por vício de competência do agente que o subscrevera. (...) 4. Inocorre cerceamento de defesa pelo indeferimento da prova pericial requerida mediante, tão-somente, a genérica afirmativa de não cometimento de infração ambiental. Inexistindo dúvida ou questionamento objetivo sobre os fatos, não há necessidade de perícia para confirmá-los, especialmente porque detalhadamente descritos em auto de vistoria realizada por grupo de sete fiscais, com presunção de fidedignidade. 5. Consoante o princípio do livre convencimento motivado, arts. 130 e 131 do CPC/1973, atualmente 370 e 371 do CPC/2015, à vista dos elementos probatórios, o Juiz é livre para formar seu convencimento, podendo indeferir provas e diligências protelatórias ou desnecessárias para o deslinde da controvérsia, fundamentando a sua decisão, como feito no caso. 6. **São convalidáveis os atos que tenham vício de competência não exclusiva. Precedentes do STJ e doutrina de José dos Santos Carvalho Filho (Manual de Direito Administrativo, 25ª ed.).** (...) (Acórdão 0008186-32.2012.4.02.5001. Rel. ANTONIO HENRIQUE CORREA DA SILVA. TRF 2ª Região. 6ª TURMA ESPECIALIZADA. Data: 28/04/2016) (sem grifo no original)



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**42.** Infere-se, portanto, que, no tocante ao sujeito, se o ato foi praticado por autoridade incompetente, nada impede que a autoridade competente venha a convalidá-lo, e desde que tal competência seja delegável, pois, caso contrário, a convalidação não será possível.

**43.** Com relação aos critérios de conveniência e oportunidade, Weida Zancaner, em Da convalidação e da Invalidação dos atos Administrativos, São Paulo: RT, p. 55, ensina que ato discricionário poderá ou não ser convalidado pelo sujeito competente, visto que o exame do mérito tem **caráter subjetivo**, não se podendo assegurar que a decisão proferida pelo autoridade competente seria a mesma tomada pelo sujeito incompetente.

**44.** De acordo a referida autora, acompanhada por Di Pietro, (DI PIETRO. Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 19ª ed. São Paulo: Atlas. 2006 p.254), esta é a única possibilidade em que a Administração tem liberdade de escolher entre convalidar ou não o ato. Nos demais casos, não existindo lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, a Administração tem o dever de convalidá-lo.

**45.** Ainda, nos presentes autos não se verifica a existência de prejuízos a terceiros em decorrência da adesão a IRP. Assim, a única condição, prevista no art. 55 da Lei nº 9.784/99, para ratificação do ato administrativo em comento é a decisão discricionária da diretora-geral acerca da conveniência e oportunidade de convalidar o ato (em vez de anulá-lo). Feito isso, as competências do órgão participante elencadas no art. 6º, caput, inciso I a III, estarão em conformidade legal.

**46.** Assim, a autoridade deve fazer a sua análise para decidir pela convalidação ou não. Não cabendo a esta Assessoria se imiscuir. Porém a fim de subsidiar a autoridade competente em sua decisão se destaca que: a) não se vislumbrou a princípio óbices legais quanto à adesão a IRP; b) que o secretário da SAOFC, ao que parece, permitiu a participação na contratação conjunta visando resguardar o interesse público a fim de evitar que a ausência da aquisição pretendida prejudicasse gravemente as atividades precípuas desta Justiça Especializada; c) não houve violação ao direito de terceiros e caso houvesse sido previamente autorizada estaria em conformidade com a legislação vigente; e d) caso não haja a convalidação dos atos praticados, a abertura de um procedimento de pregão eletrônico neste Regional certamente causará danos na realização do fechamento do Cadastro Eleitoral em abril e maio/2022, ou seja não há tempo hábil para todos os procedimentos inclusive os de contratação.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**47.** Tem-se em relevo que poderá a Administração utilizar-se da futura Ata de Registro de Preços por um período de até 12 meses de sua última assinatura eletrônica, desde que dentro dos limites quantitativos regulamentares, como também **permite desencadear a licitação independentemente da existência de recursos financeiros para a realização das contratações.**

**48.** No tocante à **disponibilidade orçamentária e financeira**, como já mencionado, é permitido desencadear o PE para formação de registro de preço independentemente da existência de recursos financeiros para realização das contratações, consoante regra expressa contida no **§ 2º do art. 7º do Decreto nº 7.892/2013:**

§ 2º Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

**49.** Nesse sentido, a **Orientação Normativa/AGU nº 20, de 01/04/2009**, assim direciona: “Na licitação para registro de preços, a indicação da dotação orçamentária é exigível apenas antes da assinatura do contrato”. REFERÊNCIAS: arts. 15 e 38, caput, da Lei nº 8.666, de 1993; art. 3º do Decreto nº 3.931, de 2001; Acórdãos TCU 3.146/2004-Primeira Câmara e 1.279/2008-Plenário.

**50.** Cabe salientar que, nos termos do § 1º, do art. 6, do Decreto 7.892/2013, o órgão participante possui competência para aplicação de sanções decorrente do descumprimento do pactuado na ARP ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, devendo informar as ocorrências ao órgão gerenciador.

## **V – CONCLUSÃO**

**51.** Pelo exposto, e por tudo o mais que consta nos autos, esta Assessoria Jurídica conclui que:

a) o Termo de Referência nº 1/2022 – PRES/DG/STIC/GABSTIC ([0804590](#)) parece conter em sua forma os elementos essenciais definidos no **inciso XI do art. 3º do Decreto Federal nº 10.024/19**, podendo ser apresentado a autoridade competente para atendimento ao inciso II do art. 14 do mesmo regulamento, **entretanto** é



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**imprescindível sanar as situações apresentadas no tópico III – DA REGULARIDADE DA FORMAÇÃO DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO STIC;**

**b) inexistente óbice legal, ressalvados os critérios de oportunidade e conveniência do gestor público, na adesão à IRP nº 18/2021 divulgada pelo Tribunal Regional Eleitoral de Paraíba (TRE-PB), com fulcro art. 15, II, da Lei nº 8.666/93 c/c no art. 4º, do Decreto Federal nº 7.892/2013 c/c art. 19, IN TRE-RO nº 004/2008;**

**c) estão presentes os requisitos para a convalidação e amparado na preservação do interesse público, o ato de autorização tácita, constatada nos presentes autos, principalmente por meio da Certidão nº 15/2021 – PRES/DG/SAFOC/COMAP, para participação de processo de contratação conjunta com o TRE-PB para eventual contratação de empresa para o fornecimento de solução de comunicação multicanal através da Internet, baseado em computação em nuvem, com recursos de atendimento automatizado por robô (chatbot) e por atendente humano que propicia a comunicação dos nossos clientes (eleitores e sociedade em geral) através de interação por ferramentas de comunicação instantânea, redes sociais e interação pelo site institucional do TRE-RO na Internet, de modo integrado em uma única plataforma de atendimento, poderá ser ratificado pela Diretoria-geral, nos termos do art. 55 da Lei nº 9.784/99 c/c Portaria TRE/RO nº 66/2018, desde que a autoridade competente entenda que foi conveniente e oportuna a adesão a IRP nº 32/2020 (tópicos 36 a 38 deste opinativo).**

**52. Quanto as minutas do edital e do contrato produzidas no âmbito do PE 27/2021, estes instrumentos foram APROVADOS pela assessoria jurídica do órgão gerenciador, consoante Parecer 377/2021 – ASJUR ([0805349](#)), nos termos do §4º do art. 9º do Decreto nº 7.892/2013, incluído pelo Decreto 8.250/2014, c/c art. 38, parágrafo único da Lei 8.666/1993. Sendo, portanto, descabido uma nova análise**





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

jurídica por esta AJDG. O que se coaduna com a Orientação Normativa AGU nº 64, de 29 de maio de 2020.

**53.** Por fim, registre-se que esta Assessoria Jurídica analisou os aspectos formais e jurídicos da situação a ela submetida, já que inabilitada para pronunciar-se acerca dos aspectos técnicos associados ao objeto da contratação.

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **MAIARA SALES DO CASAL, Analista Judiciário**, em 30/03/2022, às 15:01, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **SILVIA GONÇALVES DE MACEDO, Assessor Jurídico**, em 30/03/2022, às 15:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0807971** e o código CRC **51240321**.

0003574-37.2021.6.22.8000

PROCESSO: 0003574-37.2021.6.22.8000

INTERESSADO: SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO 0 STIC

ASSUNTO: Adesão à intenção de registro de preço (órgão participante) – SRP – Pregão Eletrônico nº 27/2021 TRE-PB – Fornecimento de solução de comunicação multicanal por meio da internet.

**DESPACHO Nº 389 / 2022 - PRES/DG/GABDG**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Trata-se de processo administrativo iniciado pela Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação - STIC, visando eventual aquisição do serviço de fornecimento de solução de comunicação multicanal através da Internet, baseado em computação em nuvem, com recursos de atendimento automatizado por robô (chatbot) e por atendente humano, via adesão à INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS divulgada pelo Tribunal Regional Eleitoral de Paraíba (TRE-PB), conforme Certidão 27/2021 – PRES/DG/STIC/GABSTIC ([0761743](#)) e Termo de Referência nº 1/2022 – PRES/DG/STIC/GABSTIC ([0804590](#)).

Em cumprimento aos procedimentos estabelecidos pela Resolução CNJ nº 182/2013, elaborou-se o Documento de Oficialização da Demanda (DOD) nº [0761777/2021](#) e o ETP – Para Pregão Eletrônico 3 ([0763759](#)), bem como expediu-se a Portaria nº 73/2022 ([0802949](#) e [0804013](#)), designando a equipe de planejamento de contratação.

Durante os estudos preliminares da contratação foi identificado processo licitatório do TRE/PB para aquisição dos objetos pretendidos, inclusive com prazo vigente para outros órgãos ou entidades manifestarem o interesse em participar da IRP nº 18/2021 ([0761870](#)). A SLC registrou a manifestação de interesse deste Tribunal em participar do certame, tendo o pleito sido atendido pelo órgão gerenciador ([0763420](#)).

No Termo de Referência nº 1/2022 ([0804590](#)), a demanda foi dimensionada no valor de R\$ 262.068,00 (duzentos e sessenta e dois mil sessenta e oito reais), nos termos do item 3 do TR.

Para instruir o feito juntou-se ainda o extrato de participação na IRP citada, demonstrando o aceite da adesão do TRE-RO ([0763412](#)); Parecer nº 377/2021 – ASJUR ([0805349](#)), elaborado pela unidade jurídica do TRE-PB, opinando pela legalidade da fase interna do procedimento licitatório e aprovando a minuta do edital e seus anexos; cópia da Ata de Realização do PE nº 27/2021 (SRP) – [0798008](#) – e Termo de Homologação do referido certame ([0798011](#)); cópia da Ata de Registro de Preço (ARP) nº 01/2022 ([0803510](#)), na qual figura como órgão gerenciador o TRE-PB e como órgão participante, entre outros, o TRE-RO, e a respectiva publicação do seu extrato no DOU de 16/2/2022 ([0804114](#)); Informação Conclusiva sobre o valor estimado da Licitação e Pesquisa de Preços nº 1/2021 – PRES/DG/STIC/COSEIC, preço realizada por este Tribunal ([0804942](#)); e declaração de Regularidade SICAF da empresa Omnicentral Tecnologia EIRELI, CNPJ nº 23.109.142/0001-97, compromissário fornecedor da ARP citada ([0805147](#)).



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

A COMAP, unidade responsável pela avaliação do projeto básico e do termo de referência, manifestou-se pela regularidade do Termo de Referência 1 ([0804590](#)), complementado pelos documentos que compõem os estudos preliminares e as pesquisas de preços juntadas ao processo ([0763937](#)), em relação às normas de regência, podendo ser aprovado pela autoridade competente para ratificar o ato preliminar de ingresso ao certame.

A SPOF, em obediência ao Despacho nº 312/2022 – PRES/DG/DAOFC/COFC ([0806779](#)), formalizou a reserva de dotações orçamentárias no SIAFI no valor de R\$ 82.671,00 (oitenta e dois mil seiscentos e setenta e um reais), mediante a emissão de pré-empenho ([0806810](#)), para o custeio da despesa no presente exercício.

Instada, a AJDG opinou pela regularidade do TR, desde que saneada as situações apresentadas nos itens 17 a 23 do Parecer Jurídico AJDG [0807971](#); pela inexistência de óbice legal na adesão à IRP nº 18/2021 divulgada pelo TRE-PB; pela possibilidade de ratificação do ato de autorização para participação de processo de contratação conjunta para eventual aquisição do serviço de fornecimento de solução de comunicação multicanal através da Internet, baseado em computação em nuvem, com recursos de atendimento automatizado por robô (chatbot) e por atendente humano. Ademais, dispensou nova análise das minutas do edital e do contrato, por já terem sido aprovados pela assessoria jurídica do órgão gerenciador.

A STIC informou nos autos ter regularizado as inconsistências detectadas pela assessoria jurídica ([0811661](#)).

Por sua vez, a SAOFC entendeu que as diligências realizadas pelo GABSTIC são suficientes para esclarecer/sanar o que fora requerido no parecer jurídico. Ademais, se manifestou pela aprovação do ETP e do TR; pela regularidade da informação conclusiva do valor estimado; pela autorização para adesão à IRP nº 18/2021 divulgada pelo Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba - TRE/PB; e pela ratificação do ato de autorização para participação de processo de contratação em análise ([0812066](#)).

Inicialmente, considerando tratar-se de contratação de Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação, devem ser observadas as diretrizes específicas previstas pela Resolução CNJ nº 182/2013. No caso em apreço, verifica-se terem sido seguidas as referidas disposições, ressalvadas as inconsistências pontuadas pela Assessoria Jurídica desta Diretoria-Geral.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Com efeito, no caso em tela a equipe de planejamento não elaborou a análise de riscos, documento indispensável nas contratações cuja estimativa de preço ultrapassam o valor máximo previsto no art. 23, inciso II, alínea “a”, da lei nº 8.666/93. Ademais, o ETP ([0763759](#)) e o TR ([0804590](#)) não foram subscritos por todos os integrantes da equipe de planejamento designados pela Portaria 73 ([0802949](#) e [0804013](#)), conforme itens 20 e 21 do Parecer Jurídico AJDG [0807971](#)

Compulsando os autos, verifico que a STIC procedeu ao saneamento das referidas demandas, nos termos da Informação 33 ([0811661](#)). Analisando as informações coligidas, a SAOFC entendeu que as diligências realizadas são suficientes para esclarecer/sanar o que fora requerido no parecer jurídico, razão pela qual entendo que a questão está superada ([0812066](#)).

No caso em tela, a participação colaborativa deste Regional no PE nº 27/2021 conduzido pelo TRE-PB, para que possa contratar conjuntamente os objetos de interesse descritos no TR ([0804590](#)), está amparado nas normas de regência. Ademais, tal medida reduzirá sensivelmente os custos diretos e indiretos com os tramites de um certame, além de possibilitar a redução dos valores estimados em razão da compra em escala gerada por este agrupamento de demandas. Nesses termos, tal medida atenderá aos princípios da eficiência e da economicidade, ficando demonstrada sua vantajosidade.

Quanto ao vício observado pela Assessoria Jurídica referente à ausência de competência para a autorização da adesão IRP pelo secretário da SAOFC, tal defeito é sanável e deve ser convalidado, pois não se trata de competência exclusiva; não se vislumbrou, a princípio, óbices legais quanto à adesão à IRP; e não houve violação ao direito de terceiros. Além disso, como bem observado pela AJDG, caso não haja a convalidação dos atos praticados, a abertura de um procedimento de pregão eletrônico neste Regional certamente causará danos na realização do fechamento do Cadastro Eleitoral em abril e maio/2022, ou seja, não há tempo hábil para todos os procedimentos inclusive os de contratação.

No tocante à disponibilidade orçamentária e financeira, como já mencionado pelo bem lançado Parecer Jurídico AJDG ([0807971](#)), é permitido desencadear o PE para formação de registro de preço independentemente da existência de recursos financeiros para realização das contratações, consoante regra expressa contida no § 2º do art. 7º do Decreto nº 7.892/2013.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Pelo exposto, ante o atendimento de todos os requisitos necessários à presente adesão à IRP, sendo certo que foram atendidos os requisitos exigidos nos diplomas normativos em vigor, bem como a comprovação da vantajosidade da aquisição pela unidade solicitante, e com base nas atribuições conferidas pela Portaria GP nº 66/2018:

1 - aprovo o ETP 3 ([0763759](#)) e o Termo de Referência 1 ([0804590](#)), porquanto possui os elementos mínimos essenciais definidos no inciso II do artigo 3º da Lei n. 10.520/2002, art. 3º, XI do Decreto Federal n. 10.024/2019, regras do Decreto Federal n. 7.892/2013 e, ainda, às disposições da Instrução Normativa TRE-RO n. 004/2008;

2 - Aprovo o valor estimado constante do evento [0804942](#), em atendimento ao item 44 do Anexo II da Portaria CNJ n. 101/2021 e ao Acórdão TCU n. 2622/2015 - Plenário;

3 - autorizo a despesa por meio de adesão à IRP nº 18/2021, gerenciada pelo Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba – TRE-PB, com fulcro no art. 15, inciso II, da Lei n. 8.666/93 c/c no art. 4º, do Decreto Federal nº 7.892/2013 c/c art. 19, IN TRE-RO nº 004/2008; e

4 - ratifico o ato de autorização para participação em processo de contratação conjunta com o TRE-PB para eventual aquisição do serviço de fornecimento de solução de comunicação multicanal através da Internet, baseado em computação em nuvem, com recursos de atendimento automatizado por robô (chatbot) e por atendente humano, nos termos do art. 55 da lei nº 9.784/99.

À **STIC** para conhecimento do item 18 do Parecer Jurídico AJDG [0807971](#), contendo sugestão de melhoria nos procedimentos de adesão a IRP feitos por este Regional.

À **SAOFC** para continuidade das ações necessárias à contratação pretendida.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

**LOPES, Diretora Geral**, em 11/04/2022, às 16:21, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0812753** e o código CRC **10C89261**.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

---

0003574-37.2021.6.22.8000